

## **A FORMAÇÃO DE GESTORES ESCOLARES EM UMA PERSPECTIVA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**Raquel Quirino<sup>1</sup>, Priscila Moreira<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG/Departamento de Educação/[quirinoraquel@hotmail.com](mailto:quirinoraquel@hotmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Minas Gerais - Universidade Federal de Minas Gerais /Centro de Apoio à Educação a Distância - CAED/ [primoreira@gmail.com](mailto:primoreira@gmail.com)

### **Resumo**

Uma gestão educacional democrática implica a participação cidadã dos Interessados e a necessidade de prestação de contas por parte dos dirigentes e dos próprios docentes quanto aos objetivos da educação escolar. A gestão democrática da educação representou uma grande conquista constitucional em 1988. Porém, apesar do passo admirável para a vida democrática dos estabelecimentos oficiais e para os próprios sistemas de ensino, a formação de gestores engajados em uma prática democrática representou, e continua representando, um grande desafio, pois, traz em si a crítica e o rompimento à gestão autoritária própria dos tempos da ditadura militar. Este artigo objetiva discutir os desafios para a formação de gestores educacionais numa perspectiva democrática e crítica e as contribuições advindas do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, a partir da sua implantação na Universidade Federal de Minas Gerais – Universidade Federal de Minas Gerais .

**Palavras-chave:** Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, Formação de Gestores, Gestão Escolar Democrática.

### **Abstract**

*A democratic education management involves the citizen participation of the stakeholder and the need for accountability from leaders and teachers themselves about the objectives of school education. The democratic management education was a great achievement in 1988. However, despite the admirable step in the democratic life of official establishments and their own education systems, training of managers engaged in a democratic practice represented, and still represents a challenge, therefore, carries the critique and disruption to the very authoritarian management during the military dictatorship. This article discusses the challenges to the educational management training in a democratic and critical perspective and the contributions coming from the School of Managers of National Basic Education Program, from its deployment at the Federal University of Minas Gerais - Universidade Federal de Minas Gerais .*

**Keywords:** National School Program Managers of Basic Education; Training Managers; Democratic Management.

### **A Gestão escolar no Brasil**

Até as décadas de 1980 e 1990, a escola era administrada por princípios fundamentados na assimilação do modelo de administração científica, centralizado na figura do diretor, que agia como tutelado aos órgãos centrais, competindo-lhe zelar pelo cumprimento de normas, determinações e regulamentos deles emanados. Atuava sem voz própria para determinar os destinos da escola e, portanto, não se responsabilizando pelo resultado de suas ações. “O trabalho do diretor constituía-se em repassar informações, como controlar, supervisionar, dirigir o fazer escolar, de acordo com as normas estabelecidas pelo sistema de ensino”. (ROMÃO e PADILHA, 1997, p. 91) d

Ribeiro (1938; 1952), um dos pioneiros nos estudos sobre administração escolar no Brasil, ao mesmo tempo em que afirma a legitimidade de aplicação dos princípios da teoria geral de administração à situação escolar, oferece uma concepção de educação e de escola cujos objetivos são totalmente antagônicos aos da empresa capitalista em geral. O autor afirma que a escola é “um organismo altamente complexo, de grande importância social e tem uma função relevante na realização de uma política e de uma filosofia da educação”. (RIBEIRO, 1952, p.39). Portanto, a administração escolar atua como mediadora desse processo e “é um instrumento para a realização dos objetivos da educação” (idem, p. 105). Também Leão já em 1939 afirmava que “nenhum problema escolar sobrepuja em importância o problema de administração” (LEÃO, 1953, p. 13). Isto permite pensar a gestão da escola no sentido de uma articulação consciente entre ações que se realizam no cotidiano da instituição escolar e o seu significado político e social.

O conceito de Gestão Escolar, que vem superar o enfoque limitado de administração é relativamente recente e de extrema importância, na medida em que se almeja uma escola que atenda às atuais exigências da vida social. Este conceito passou a ser incorporado pela sociedade brasileira a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, quando no seu Art. 206, dispõe sobre a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº. 9394/96, no seu Art. 14 que destaca o preceito da gestão democrática como um dos seus princípios, denominando a administração escolar como um trabalho coletivo, participativo e dialógico.

No entanto, a LDBEN decreta uma gestão democrática com princípios vagos, no sentido de que não estabelece diretrizes bem definidas para delinear a gestão democrática, apenas aponta a participação de todos os envolvidos:

Art. 14 – Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
- II. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Também, em seu Art. 15, determina um princípio de autonomia delegada,

pois, o caráter deliberativo da autonomia assume uma posição ainda articulada com o Estado:

Art. 15 - os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público (BRASIL, 1996).<sup>7</sup>

Assim, segundo Cury (2005, p.9), as políticas postas neste momento, vão se dirigir para a redução dos gastos públicos, para o recuo do Estado nos direitos sociais e para a maior afirmação da descentralização. “A gestão democrática, mantida como princípio e rarefeita na explicitação da LDBEN, se desloca na prática para a afirmação da liderança de administradores escolares nos estabelecimentos e para a busca de uma racionalidade financeira.” Para se implantar uma gestão democrática efetiva, que não repita os erros do passado, segundo o autor, é necessário um aprendizado qualitativo, uma capacidade diretiva de gestores devidamente capacitados e condizentes com o princípio da gestão democrática.

Pois,

A gestão democrática compõe com o financiamento suficiente dos recursos, com o crescimento da capacidade cognitiva dos estudantes, com a qualidade dos professores, a busca de uma construção coletiva do pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Por isso, ela contém em si a crítica à gestão autoritária, à gestão tecnocrática e o apelo a um padrão administrativo em direitos efetivados. Deveres realizados garantem o compromisso social e a participação política por meio de uma escola democrática de qualidade. (CURY, 2005, p. 10)

Também a democratização da educação não pode ser reduzida a apenas um determinado aspecto que permita apenas o acesso de todos os que o procuram, mas, também precisa oferecer a qualidade que não pode ser privilégio de minorias econômicas e sociais. “O ensino democrático é, também, aquele cuja gestão é exercida pelos interessados, seja indiretamente, pela intermediação do Estado (que precisamos fazer democrático), seja diretamente, pelo princípio da representação e da administração colegiada”. (PARO 2007p. 6).

Uma gestão educacional democrática implica a participação cidadã dos Interessados e a necessidade de prestação de contas por parte dos dirigentes e dos próprios docentes quanto aos objetivos da educação escolar. Embora seja um passo admirável para a vida democrática dos estabelecimentos oficiais e para os próprios sistemas de ensino, a conquista da gestão democrática da educação, a formação de gestores engajados em uma prática democrática representa um grande desafio, pois, traz em si a crítica e o rompimento à gestão autoritária própria dos tempos passados e a aquisição de competências específicas para este tipo de gestão.

Segundo Wittmann (2004), gestores educacionais democráticos possuem competências indispensáveis, inalienáveis e inter-relacionadas: o conhecimento

técnico-pedagógico, a liderança na comunidade e o compromisso público-político; as demais funções da gestão escolar, por mais importantes são adjetivas e complementares.

Os estudos de Wittmann (2000), Lück (2000) e Libâneo (2004), embora independentes, ajudam na elaboração de uma taxionomia de competências necessárias à equipe gestora escolar dentro de três dimensões específicas: a dimensão pedagógica, a dimensão técnica e a dimensão política.

- A **dimensão pedagógica** diz respeito à organização pedagógica do trabalho escolar; à elaboração do projeto pedagógico; ao planejamento anual; às reuniões pedagógicas; aos conselhos de classe; ao estabelecimento de objetivos para o ensino; à definição das linhas de atuação, em função dos objetivos e do perfil da comunidade e dos alunos; à proposta de metas a serem atingidas; à elaboração dos conteúdos curriculares; ao acompanhamento e avaliação do rendimento das propostas pedagógicas, dos objetivos e o cumprimento de metas; à avaliação do desempenho dos alunos, do corpo docente e da equipe escolar como um todo; à recuperação da aprendizagem dos alunos com menor rendimento escolar; à organização do tempo e do espaço escolar, ao acolhimento às famílias e aos alunos; ao índice de aprovação e correção da defasagem idade/aprendizagem, entre outras;
- A **dimensão técnica** refere-se à organização do trabalho escolar administrativa e financeira. Essa competência requer do gestor conhecimentos para o gerenciamento de recursos humanos e materiais, na obtenção dos recursos e prestação de contas dos mesmos, conservação dos materiais e patrimônio público. Visão de conjunto e de futuro sobre o trabalho educacional e o papel da escola na comunidade; Conhecimento de política e da legislação educacional; Habilidade de planejamento e compreensão do seu papel na orientação do trabalho conjunto; habilidade de manejo e controle do orçamento; habilidade de acompanhamento e monitoramento de programas, projetos e ações; habilidade de avaliação diagnóstica, formativa e somativa; habilidade de tomar decisões eficazmente; habilidade de resolver problemas criativamente e de emprego de grande variedade de técnicas;
- A **dimensão política** está associada ao desenvolvimento do trabalho no sentido de buscar parcerias, articular a comunidade escolar na representatividade dos conselhos escolares, nas ações que envolvem o trabalho no cotidiano escolar, trazendo a comunidade exterior para o interior da escola, ou seja, abrir as portas do espaço educacional para que toda a comunidade possa usufruir e participar das decisões decorrentes daquele ambiente educacional. Exercer o princípio da autonomia que requer vínculos mais estreitos com a comunidade educativa, os pais, as entidades e organizações paralelas à escola. Associa-se à participação na gestão e a responsabilidade individual dos membros da equipe escolar. Coordenar, mobilizar, incentivar, liderar, delegar responsabilidades decorrentes das

decisões dos membros da equipe escolar, prestar contas e submeter à avaliação do grupo o desenvolvimento das decisões tomadas coletivamente.

É com o objetivo de formar gestores nos aspectos referentes às dimensões: pedagógica, técnica e política, que surgiu o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, coordenado pela Secretaria de Educação Básica/Ministério da Educação e Cultura SEB/MEC, como parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Objetivando se construir processos de gestão escolar compatíveis com a proposta e a concepção da qualidade social da educação, baseada nos princípios da moderna administração pública e de modelos avançados de gerenciamento de instituições de ensino, o Programa Escola de Gestores busca, assim, qualificar os gestores das escolas da educação básica, a partir do oferecimento de cursos de educação a distância.

Este artigo visa discutir os desafios para a formação de gestores educacionais numa perspectiva democrática e para a efetivação do direito à educação com qualidade social e as contribuições advindas do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, a partir de sua implantação na Universidade Federal de Minas Gerais – Universidade Federal de Minas Gerais .

### **A formação do Gestor Escolar e as contribuições do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica: a experiência da Universidade Federal de Minas Gerais**

Segundo Araújo e Rodrigues (2010, p. 8):

A educação à distância se apresenta como uma nova maneira de se relacionar com o conhecimento e – a partir de estratégias diferenciadas, de um trabalho integrador, profissionais competentes, alunos comprometidos, materiais didáticos específicos, meios de comunicação e outros recursos necessários –, poderá ser mais uma modalidade de ensino que possibilita a produção do conhecimento, a qualificação de profissionais, o acesso às tecnologias, a informação significativa e a mediação de professores e gestores educacionais efetivamente preparados para a sua utilização inovadora.

Neste contexto a fim de vencer os obstáculos do tempo e da distância e promover o acesso e a qualidade de formação profissional para gestores educacionais de todo o Brasil, o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica é uma política desenvolvida pelo MEC por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB) e demais sistemas de ensino e pesquisa para ofertar na modalidade EaD, formação inicial e continuada (programas, projetos e ações), institucionalizada, aos gestores escolares.

O objetivo do referido programa é formar gestores especialistas (lato sensu), efetivos das escolas públicas da educação básica, incluindo aqueles de educação de jovens e adultos, de educação especial e de educação profissional, contribuindo com a qualificação do gestor escolar na perspectiva da gestão democrática e da

efetivação do direito à educação com qualidade social.

A meta estabelecida para a primeira etapa deste programa foi a formação de 4.000 cursistas nos 10 estados que fizeram parte do Projeto Piloto do Programa Escola de Gestores. Os estados que participaram da primeira etapa foram: Santa Catarina, Ceará, Pernambuco, Bahia, Piauí, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Tocantins. A partir de 2007, o programa foi ampliado para os demais estados da federação. Para desenvolver os cursos do Programa, a SEB firmou parcerias com diversas secretarias estaduais e municipais de educação de todo o Brasil. E, para ofertar os cursos, firmou acordo com diversas universidades públicas, em todo o território brasileiro (BRASIL, 2006).

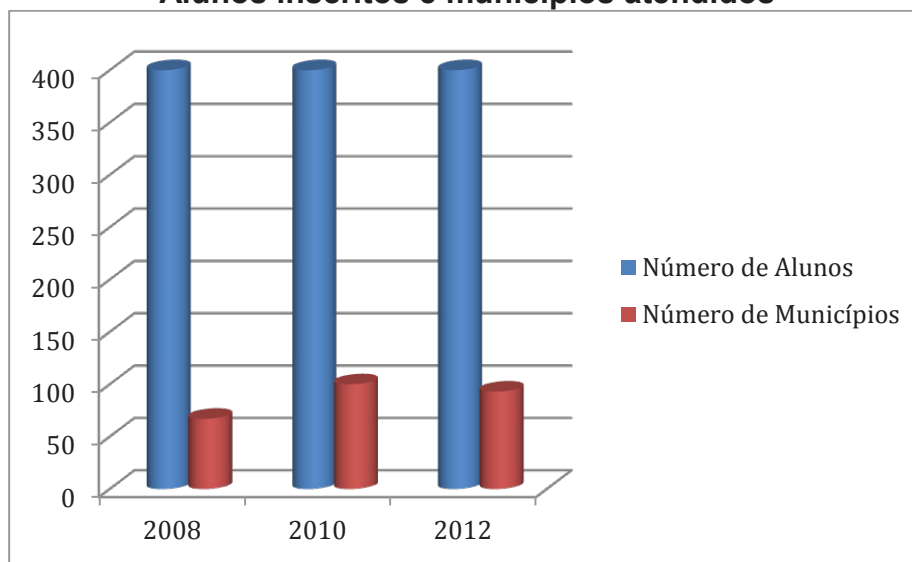
O primeiro curso piloto do Programa foi oferecido em 2005 sob a coordenação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), tratava-se de um curso de extensão em gestão escolar, com duração de 100 horas e com o objetivo de formar 400 gestores de escolas públicas de 10 estados brasileiros (PEREIRA, 2013).

Já em 2006 o Programa passou a ser coordenado pela SEB/MEC, e atualmente, engloba três cursos, a saber: o Curso de Especialização (lato sensu) em Gestão Escolar; o Curso de Especialização (lato sensu) em Coordenação Pedagógica e o Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Escolar (BRASIL, 2006).

Nas últimas décadas, a Universidade Federal de Minas Gerais vem atuando em diversos projetos de Educação a Distância, que incluem atividades de ensino, pesquisa e extensão. Dentre elas, destacam-se as ações vinculadas ao Centro de Apoio à Educação a Distância (CAED), que iniciou suas atividades em 2003, credenciando a Universidade Federal de Minas Gerais junto ao Ministério da Educação para a oferta de cursos a distância. Os cursos da Universidade Federal de Minas Gerais contam ainda com uma equipe de colaboradores formada por: (i) coordenadores de curso; (ii) coordenadores de tutoria; (iii) professores pesquisadores (formadores e conteudistas); (iv) tutores a distância; (v) tutores presenciais; (vi) equipe técnico-administrativa dos polos.

Na Universidade Federal de Minas Gerais, o Curso de Especialização lato sensu em Gestão Escolar, na modalidade a distância, teve em seu primeiro ano, em 2008, 400 alunos, provenientes de 67 municípios brasileiros; a segunda oferta em 2010, também teve 400 alunos mas abrangeu 100 municípios; e o terceiro, 400 alunos de 93 municípios, conforme o Gráfico 1.

**Gráfico 01- Escola de Gestores da UFMG:  
Alunos inscritos e municípios atendidos**



Fonte: Secretaria do Curso de Especialização em Gestão Escolar “Escola de Gestores da Universidade Federal de Minas Gerais”. Elaboração das autoras, 2014.

Em relação ao currículo do curso de Especialização em Gestão Escolar, ofertada na modalidade EaD, sua proposta pedagógica está pautada na relação entre teoria e prática por meio da reflexão e aprofundamento teórico em torno da Gestão Escolar da rede pública de ensino. Na parte prática, permite aos alunos, gestores educacionais, a apropriação dos mecanismos capazes de melhorar as suas ações no cotidiano escolar.

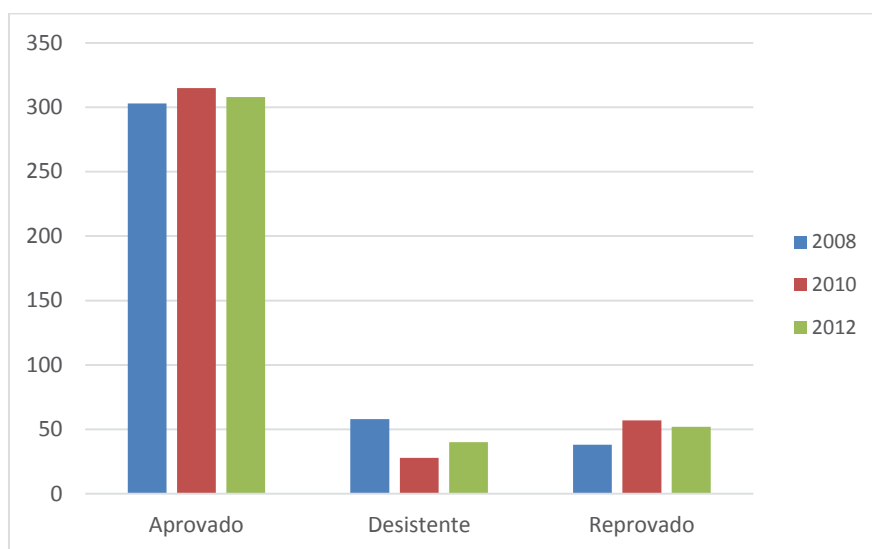
O Curso está estruturado em três “eixos”; o primeiro aborda “o direito à educação e a função social da escola básica”, e problematiza o cotidiano escolar a partir de uma visão da democracia como um valor universal em nossa sociedade. O segundo eixo “políticas e gestão na educação”, parte também do ideal democrático para busca uma reflexão teórico-prática sobre as políticas de educação e sobre a organização dos sistemas de ensino brasileiros. E, o terceiro eixo, “Planejamento e práticas na Gestão Escolar”, busca ampliar os conhecimentos dos gestores sobre práticas e procedimentos de gestão democrática, além disso, fornece um instrumental dedicado a um melhor planejamento, monitoramento e avaliação do processo de execução do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e das políticas educacionais (BRASIL, 2007, p. 13).

Esses três eixos se desenvolvem ao longo de seis (06) salas ambientes, além da sala introdutória do curso, a saber: a) Tópicos Especiais em Educação, b) Oficina Tecnológica, c) Projeto Vivencial, que tem como objetivo um plano de intervenção na escola e, para tanto, articula-se com seu Projeto Político Pedagógico e com todas as demais Salas Ambientes do curso; d) Fundamentos do direito à educação,

denomina-se “o direito à educação e a função social da escola básica”; e) Políticas e gestão na educação; e, f) Planejamento e práticas na Gestão Escolar (BRASIL, 2007, p. 13).

Atualmente, o curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais está em sua quarta oferta, iniciada em março de 2014, e traz consigo excelentes resultados no que diz respeito ao número de concluintes (Vide Gráfico 2) e desempenho dos estudantes.

**Gráfico 02- Escola de Gestores da UFMG:  
Aprovados, desistentes e reprovados, por oferta**

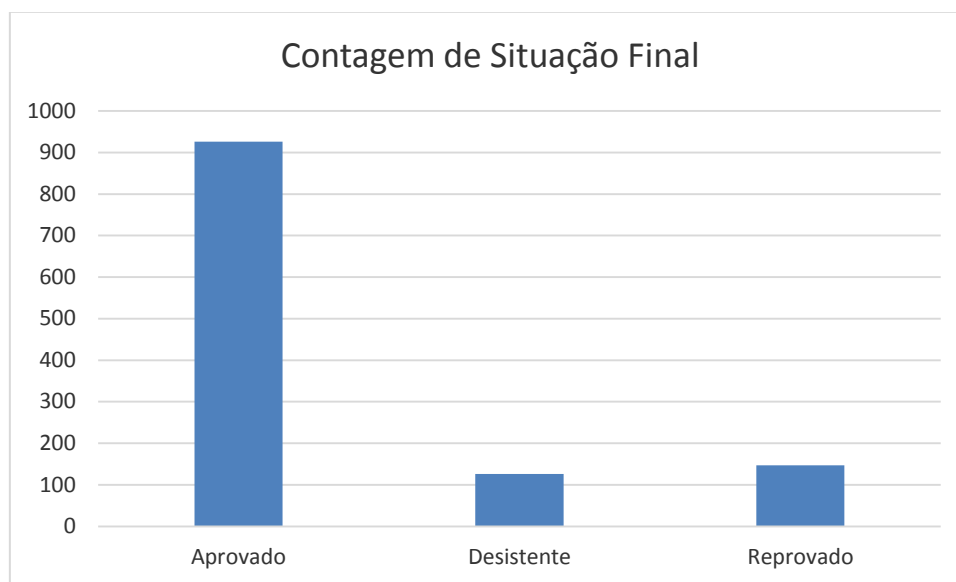


Fonte: Secretaria do Curso de Especialização em Gestão Escolar “Escola de Gestores da Universidade Federal de Minas Gerais”. Elaboração das autoras, 2014.

O Gráfico 03 mostra a situação dos cursistas nas três ofertas do curso de especialização em gestão escolar (2008, 2010, 2012). Do total geral de 1.199 inscritos, 926 foram aprovados (77,2%); 126 (10,5%) desistiram do curso; e, 147 (12,3%) foram reprovados.



**Gráfico 03- Escola de Gestores da UFMG:  
Aprovados, desistentes e reprovados, média das ofertas de 2008, 2010 e  
2012**



Fonte: Secretaria do Curso de Especialização em Gestão Escolar “Escola de Gestores da Universidade Federal de Minas Gerais”. Elaboração das autoras, 2014.

Os dados revelam o excelente alcance do curso, que em três ofertas, especializou quase mil gestores escolares no Estado de Minas Gerais. É importante destacar, também, os baixos índices de desistência e reprovação: 10,5% e 12,3% respectivamente.

Também é rica a produção dos alunos no Trabalhos de Conclusão de Curso, dos quais se destacam aqueles que abordam temáticas importantes, que precisam ser colocadas em discussão no ambiente escolar, tais como: a elaboração do projeto político-pedagógico, gestão democrática participativa, qualidade do ensino, políticas públicas de educação, formação continuada, conselho escolar, entre outras vivenciadas no cotidiano da escola.

Tendo em vista os resultados alcançados pela Universidade Federal de Minas Gerais e a metas ainda a cumprir, a perspectiva da Universidade Federal de Minas Gerais continua sendo a de ampliar ainda mais o acesso dos gestores escolares públicos a uma formação de qualidade na modalidade EaD, de forma a garantir o pleno exercício da gestão democrática da escola.

Na perspectiva de ajudar ainda mais no processo de institucionalização da EaD, busca-se aproximar a comunidade dos municípios mineiros, onde os polos de educação a distância da Universidade Federal de Minas Gerais estão localizados, do conhecimento acadêmico e das múltiplas possibilidades de construção do saber

através do acesso aos trabalhos e sites científicos e culturais disponíveis no mundo virtual.

Nesse sentido, a Universidade Federal de Minas Gerais desenvolve o Programa de Extensão “Aproxime-se”, que proporciona atividades educativas que visam fazer de cada polo mineiro um locus ativo de encontro, de formação de profissionais, bem como da divulgação do saber, da ciência e da tecnologia, garantindo assim a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A intenção é criar espaço para discussão de questões atuais, de elucidações à população de problemas por ela vividos e de fortalecimento da formação dos alunos e gestores educacionais que fazem o curso à distancia e da atividade docente, levando o que há de melhor da pesquisa científica desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais para os polos, provendo uma integração constante entre a universidade e as escolas públicas.

Apesar dos bons resultados alcançados até o momento, muitos desafios ainda precisam ser superados em relação à formação de gestores escolares em uma perspectiva democrática. Desafios que vão desde o acesso a cursos de qualidade, à redução da evasão e reprovação nos cursos e a colocação em prática dos conhecimentos desenvolvidos, de forma a garantir que máxiamas dos princípios da gestão democrática preconizada na Constituição e na LDBEN seja uma verdade em todas as escolas públicas do Brasil.

## Referências

ARAÚJO, Zilda Cardoso. RODRIGUES, Paulo da Silva. Apresentação. In: ARAÚJO, Zilda Cardoso. RODRIGUES, Paulo da Silva. SCHWARTZ, Cleonara Maria (orgs.) . *Escola de gestores da educação básica: democracia, formação e gestão escolar: reflexões e experiências do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica no Estado do Espírito Santo*. Vitória: GM, 2ª edição - 2010.

BRASIL. *Diretrizes Nacionais do Curso de Pós-graduação em Gestão Escolar. Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica*. Brasília: MEC/SEB/CAFISE, 2006..

BRASIL. *Projeto Curso de Especialização em Gestão Escolar*. Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública. Brasília: MEC/SEB/ DFIGE, 2007.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº. 9394/1996*.

CURY, Roberto Jamil. Gestão democrática dos sistemas públicos de ensino. In: OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro (org.). *Gestão Educacional: novos olhares, novas abordagens*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

LEÃO, A.C. *Introdução à administração escolar*: para as escolas de professores dos institutos de educação, universidades e faculdades de filosofia, ciências e letras. São Paulo: Nacional, 1953.

LIBÂNEO, José Carlos. *Educação Escolar*: políticas, estruturas e organização. São Paulo: Cortez, 2004..

LÜCK Heloísa. Perspectivas da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores. *Em Aberto*, Brasília, v. 17, n. 72, p.3-5, fev./jun. 2000.

PARO, Vitor Henrique. Do Pioneirismo de Querino Ribeiro à Gestão Escolar do Século XXI. *XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação*. Porto Alegre: Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE). 11 a 14 nov. 2007. Anais.

PEREIRA, Aline Gabriele. *Os tempos e espaços do gestor escolar em formação na educação a distância*. 2013. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais , Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2013. 164 p.

ROMÃO, José Eustáquio. PADILHA, Paulo Roberto. Diretores Escolares e Gestão Democrática da Escola. In: GADOTTI, Moacir. ROMÃO, José Eustáquio (Orgs.). *Autonomia da Escola* –princípios e propostas. São Paulo: Cortez, 1997.

RIBEIRO, J. Q. *Fayolismo na administração das escolas públicas*. São Paulo: Linotechnica, 1938

RIBEIRO, J. Q. Ensaio de uma teoria da administração escolar. São Paulo: FFCL/USP, 1952. *Administração escolar e educação comparada*; boletim 158.

WITTMANN , Lauro Carlos. Autonomia da Escola e Democratização de sua Gestão: novas demandas para o gesto. *Em Aberto*, Brasília, v. 17, n. 72, p.3-5, fev./jun. 2000.